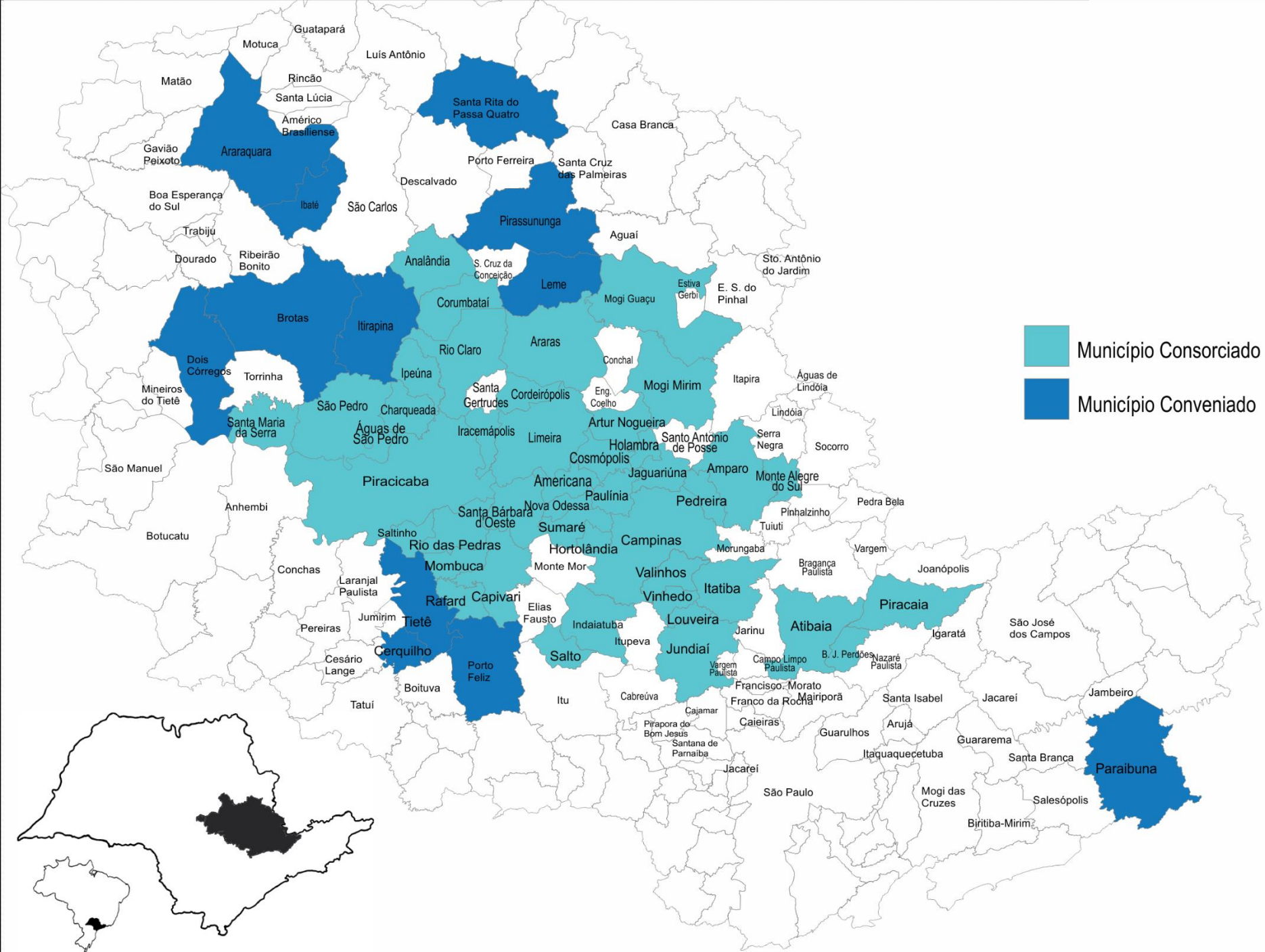


5º Congresso Mineiro dos Serviços Municipais de Saneamento Básico

Carlos Roberto de Oliveira
São Lourenço/MG, 10 de agosto de 2016

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias PCJ (ARES-PCJ)



Agência Reguladora ARES-PCJ

- Consórcio público de direito público (Lei nº 11.107/2005);
Instalação em 06 de maio de 2011;
- Composição atual: **56** municípios;
- População: **6,3** milhões de habitantes;
- Taxa de regulação: 0,3% do faturamento do prestador de serviços,
- 28 funcionários/colaboradores.

O pluralismo de modelos jurídicos de prestação:

- Autarquia municipal: **27 municípios;**
- Secretaria/Departamento Municipal: **13 municípios;**
- Companhia estadual SABESP: **08 municípios;**
- Sociedade de Economia Mista: **03 municípios;**
- Empresa pública: **01 município;**
- Concessão Plena: **04 município.**

Além desta diversidade temos ainda ...

- **Concessão Plena:**
 - Limeira (Odebrecht Ambiental);
 - Sumaré – (Odebrecht Ambiental);
 - Paraibuna (GS Inima);
 - Santa Rita do Passa Quatro (GS Inima);
- **Concessão administrativa (Parceria Público-Privada):**
 - Piracicaba – esgoto (Águas dos Mirante - Equipav);
 - Piracicaba – resíduos (ENOB);
 - Rio Claro – esgoto (Odebrecht Ambiental);
 - Atibaia – esgoto (CAB);
 - Mogi Mirim – esgoto (SESAMM);
 - Salto – esgoto (Conasa – Sanesalto);
 - Porto Feliz – água (General Water).

O novo marco regulatório da Lei nº 11.445/2007

- Disciplina o monopólio na prestação de serviços de saneamento:
- **Planejamento** (Planos Municipais de Saneamento)
- **Regulação** (Agência Reguladora de Saneamento)
- **Controle Social** (Conselhos Municipais e audiência pública)

Premissas da regulação ...

- **FISCALIZAÇÃO da qualidade da prestação dos serviços.** (Resolução nº 50 – condições gerais para a prestação dos serviços);
- **Regulação ECONÔMICA das tarifas.** (Resolução nº 115 – metodologia para reajuste e revisão e institui fórmula paramétrica)

Premissas da regulação tarifária ...

- A Lei delega a responsabilidade da regulação tarifária ao ente regulador (dotado de autonomia e tecnicidade), incabível, portanto, **Decreto** ou **Lei Municipal**;
- O realinhamento das tarifas se dá a cada 12 meses (art. 37 – **reajuste** anual ordinário) ou a qualquer momento em que se caracterize fato extraordinário (art. 38 - **revisão**);

Premissas da regulação tarifária ...

- **Tarifa individualizada** para cada Município refletindo a modicidade tarifária e o equilíbrio financeiro do prestador de serviços (eliminação de subsídios cruzados);
- Estabelecer **fórmula paramétrica** para definição objetiva dos componentes de custo e suas variações; e
- **Investimento** como componente de custo da tarifa.

Obrigado!

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

daf@arespcj.com.br

RUA SETE DE SETEMBRO, 751 – CENTRO- AMERICANA/SP

(19) 3601-8962